

## ÍNDICE

Editorial – Eduardo Paz Ferreira .....	9
<b>ARTIGOS</b>	
<b>António Martins</b> – A limitação à dedutibilidade dos encargos financeiros em sede do IRC: uma nota sobre os conceitos de gastos de financiamento e EBITDA de grupos.....	13
<b>João Ricardo Catarino</b> – Extinção do IMT – e depois do adeus .....	47
<b>Cláudia Dias Soares</b> – O enquadramento constitucional dos tributos ambientais: sua natureza e regime .....	59
<b>Tiago Brandão de Pinho</b> – O Conceito de Estabelecimento Estável nas Impugnações Judiciais n.ºs 114/11 e 116/11 a 118/11 do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé.....	83
<b>Rogério M. Ferreira Fernandes</b> – O. E. 2014: Alterações Fiscais (Parte II).....	105
<b>Clotilde Celorico Palma</b> – O Centro Internacional de Negócios de Cabo Verde como instrumento de desenvolvimento económico e social .....	133
<b>Joaquim Miranda Sarmiento</b> – O futuro do investimento público em Portugal e as Parcerias Público-Privadas: por favor, “não deem o bebé fora com a água” .....	157
<b>COMENTÁRIOS DE JURISPRUDÊNCIA</b>	
<b>Gustavo Lopes Courinha</b> – Irrepetibilidade das Inspeções – Um Contributo Jurisprudencial. Comentário ao Acórdão do CAAD: Arbitragem Tributária, Processo n.º: 14/2012-T, IRC e Derrama – classificação dos atos ineptivos.....	175

<b>Nuno Oliveira Garcia e Andreia Gabriel Pereira – Estradas e Municípios – Quem pode cobrar as taxas de publicidade? Comentário ao Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo (2.ª Secção), de 26 de Junho de 2013, proferido no processo n.º 0232/13, (Relatora Cons. Fernanda Maças)</b> .....	185
<b>Dinis Tracana – Novos desenvolvimentos na tributação de mais-valias latentes. Comentário ao Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, Caso C-164/12, de 23 de janeiro de 2014 (DMC Beteiligungsgesellschaft mbH v Finanzamt Hamburg-Mitte), Primeira Secção (relatado por E. Levits)</b> .....	195
<b>Fernanda Cláudia Silva – Os entendimentos conflitantes entre o Superior Tribunal de Justiça- STJ e o Supremo Tribunal Federal – STF acerca do sigilo bancário: o que prevalece no ordenamento jurídico brasileiro? Comentário ao Recurso Extraordinário n.º 389808/PR (Relator Ministro Marco Aurélio de Mello)</b> .....	205
<b>Síntese de acórdãos do Tribunal Constitucional, do trimestre</b> .....	215
<b>Síntese de acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, Secção do Contencioso Tributário, do trimestre</b> .....	217
<b>Síntese de acórdãos do Centro de Arbitragem Administrativa em matéria fiscal, do trimestre</b> .....	225
<b>Síntese de acórdãos do Tribunal de Contas, do trimestre</b> .....	249
<b>Síntese de acórdãos do Tribunal de Justiça da União Europeia em matéria fiscal, do trimestre</b> .....	253
 <b>RECENSÕES</b>	
<b>IVA – Problemas Actuais de Joaquim Miranda Sarmiento e Paulo Marques, por Clotilde Celorico Palma</b> .....	267
<b>Políticas Públicas para a Reforma do Estado de Pedro Adão e Silva e Maria de Lurdes Rodrigues (orgs.), por António Carlos dos Santos</b> .....	271
<b>O Imposto sobre o Consumo em Angola de Clotilde Celorico Palma, por Guilherme Waldemar d’Oliveira Martins</b> .....	279
<b>Publicações Recentes</b> .....	281
Por Marta Caldas	

**CRÓNICA DE ACTUALIDADE**

<b>Ponto de situação dos trabalhos na União Europeia e na OCDE – Principais iniciativas do Trimestre, por Brigas Afonso e Clotilde Palma.....</b>	<b>285</b>
1. Imposto sobre o Valor Acrescentado.....	285
2. Impostos especiais de consumo harmonizados, imposto sobre veículos e união aduaneira .....	285
<b>Nos 40 anos do 25 de Abril: uma perspetiva de um jovem sobre a Democracia em Portugal e na Europa, por António João R. Martins</b>	<b>291</b>